

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO EFETIVA DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR

Naiane Maria Lucas das Chagas ¹

RESUMO

A inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Regular torna-se um tema de extrema importância diante do atual cenário, principalmente, após a criação da Lei 12. 764/12 que considera o autista como pessoa com deficiência, ampara e garante direitos essenciais para que haja uma inclusão social mais efetiva. Mas, para incluir essas crianças de forma eficiente e adequada, a comunidade escolar, principalmente o professor, devem estar preparados e capacitados para não cometer o equívoco de confundir integração escolar com o processo de inclusão. Logo, o presente artigo tem como objetivo principal analisar de que maneira a formação continuada de professores contribui para a inclusão de crianças autistas no ensino regular. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico trazendo pontos essenciais para a análise da problemática, pesquisando a definição e breve histórico do autismo; os aspectos legais que norteiam a inclusão escolar no ensino regular e a importância da formação continuada na prática docente. Após à realização dos estudos constatou-se que a formação continuada de professores contribui para o processo de inclusão de crianças autistas no ensino regular, já que os docentes passam a compreender melhor como intermediar a socialização e a aprendizagem destas crianças. Contudo, compreendemos que esse estudo é apenas o início de um ciclo e espera-se que os resultados dessa pesquisa sirvam como subsídios para que outros pesquisadores possam dar continuidade a este processo investigativo.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo acreditou-se que crianças que recebiam o diagnóstico do autismo viviam apenas no seu mundo e eram incapazes de se relacionar socialmente, de aprender e se desenvolver. Porém, hoje compreendemos que existem diversas maneiras para contribuir no seu processo de desenvolvimento social e cognitivo e que as mesmas podem ter uma aprendizagem significativa e que facilite a sua comunicação com o meio social.

Ainda hoje, quando ouvimos falar em autismo, logo vem à mente, o estereótipo de uma criança isolada em seu próprio mundo, que não interage com as pessoas que o cercam, que possui comportamento agressivo e que tem uma vida extremamente limitada. Por isso, é importante ampliar o conhecimento sobre o tema e compreender melhor o autismo para quebrar

¹Pedagoga (FVC). Especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão educacional (CEPPEV) Especialista em Neuropsicopedagogia com ênfase em Educação Especial Inclusiva (UniBf). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (CEPPEV). E-mail: nay_chagas@hotmail.com

paradigmas e construir novos alicerces que contribuam com a caminhada no processo de desenvolvimento dessas crianças.

E trazer uma reflexão acerca do assunto, a partir de estudos e pesquisas, é o objetivo do presente artigo que possui como tema: **A importância da formação continuada para a inclusão efetiva de crianças autistas no ensino regular.** Que tem como objetivo principal analisar de que maneira a formação continuada de professores contribui para a inclusão de crianças autistas no ensino regular. Por conseguinte, foi realizado um estudo bibliográfico trazendo pontos essenciais para a análise da problemática, pesquisando a definição e breve histórico do autismo; os aspectos legais que norteiam a inclusão escolar no ensino regular e a importância da formação continuada na prática docente.

Para iniciar os nossos estudos, pontuamos a importância dos conhecimentos necessários sobre o assunto: Conceito e breve histórico do autismo. Apresentamos algumas concepções sobre o tema, o processo histórico desde Bleuer(1911) até o DSM V(2013). Marinho, Merkle (2009), Silva et. al (2012) e Leon, Fonseca (2013), foram os principais autores que subsidiaram esses pontos.

Para substanciar a nossa pesquisa, também foi importante conhecer o histórico da Inclusão Escolar e seus aspectos legais. Abordamos o processo da educação inclusiva, os documentos e as leis que asseguram a inclusão da criança autista no ensino regular. Jesus (2004), Mantoan, Pietro (2006) e Junior (2013) são os autores fundamentais para o embasamento teórico deste assunto, juntamente com os seguintes documentos: a Constituição Federal de 88, a Declaração de Salamanca, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB 9394/96 e a Lei 12.764/12 que nos dão suporte para a efetivação da inclusão no espaço escolar.

Após a ampliação do conhecimento sobre o autismo e a inclusão escolar, foi importante realizar uma pesquisa para identificar os desafios encontrados pelos professores para incluir crianças com autismo no Ensino Regular, embasado nas informações de Silva, Gaiato, Reveles (2012). E foram destacados os seguintes pontos: dificuldade na socialização, dificuldade de comunicação/linguagem, dificuldade de concentração e a presença de movimentos estereotipados e a falta de conhecimentos específicos para incluir efetivamente a criança autista na escola regular. Além de Silva, Gaiato e Reveles (2012), Sant'Ana (2005), Mello (2007) e Nunes (2013) são alguns dos autores que auxiliaram na construção deste estudo.

Então, pesquisamos sobre a formação continuada no processo da prática docente com o objetivo de investigar de que maneira a essa formação de professores contribui no processo de inclusão da criança autista. Utilizamos como referencial teórico, autores como: Freire (1991), Nóvoa (1991), Christov (1998) e Veiga (2008)

O método utilizado na pesquisa, mostra ao leitor os caminhos trilhados pela pesquisadora: Caracterização, contexto da pesquisa e análise das informações. Os autores que contribuíram para a elaboração da caracterização da pesquisa foram: Fonseca (2002), Córdova, Silveira (2009) e Maciel, Raposo (2010).

Em seguida, são apresentados os resultados e análises das informações. Gauderer (1985), Delors (2004), Libâneo (2004), Sant'Ana (2005), Santos (2008), Andersen (2011), Machado (2011), e Silva, Gaiato, Reveles (2012), foram alguns dos autores que nortearam o processo de discussão entre a análise feita através dos achados da pesquisa.

Para finalizar, as considerações finais apresentaram as reflexões acerca da contribuição dos conhecimentos sobre o autismo, para o processo de inclusão no Ensino Regular para as crianças com TEA.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa e tem caráter bibliográfico, onde o pesquisador busca percepções e entendimentos através de investigação em material teórico sobre o assunto de interesse e que gira em torno da questão problematizadora. Córdova e Silveira (2009, p. 31 e 32 apud Goldenberg) afirmam que:

A **pesquisa qualitativa** não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamento nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (grifo do autor)

Ou seja, a pesquisa qualitativa parte de uma perspectiva diferente da pesquisa quantitativa, já que esta depende fortemente de dados e análises estatísticos e se preocupa com a representatividade numérica. Enquanto a pesquisa qualitativa é aplicada principalmente quando o pesquisador busca uma abordagem mais flexível para a solução do problema pesquisado. Segundo Maciel e Raposo (2010, p. 82), a pesquisa qualitativa “não exige a definição de hipóteses formais. [...] são momentos dos pensamentos do investigador comprometido com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento.”

O caminho percorrido pelo pesquisador foi: definição do objeto de pesquisa; busca por estudos bibliográficos que embasariam a nossa pesquisa; coletar as informações e organizá-las de forma sistemática para facilitar a análise; e por fim, a interpretação das informações coletadas.

1. AUTISMO: CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS

1.1 CONCEITO DO AUTISMO

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida. É um transtorno que acomete mais os indivíduos do sexo masculino do que os do sexo feminino e afeta as áreas de socialização, comunicação e comportamento, dentre elas a mais comprometida é a interação social.

Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.64), podemos subdividir o autismo nas seguintes categorias: Traços do autismo, com características muito leves; Síndrome de Asperger; Autismo em pessoas com alto funcionamento; Autismo clássico, grave, com retardo mental associado. Porém o DSM-V publicado em 2013 elimina os subtipos do autismo e os colocam em apenas um único espectro com diferentes níveis de gravidade. E a Síndrome de Rett que fazia parte do Espectro do autismo passa agora a ter um diagnóstico diferenciado.

Até hoje não se tem causas específicas definidas para o aparecimento do autismo, porém já houve um grande avanço no que se diz respeito ao seu conceito e do diagnóstico do mesmo, pois, já houve um tempo em que o autismo foi confundido com a esquizofrenia e psicose infantil. Para que possamos conhecer melhor o autismo vamos trazer um breve histórico sobre o mesmo.

1.2 BREVE HISTÓRICO DO AUTISMO

Em 1911 Euger Bleuler usa pela primeira vez o termo autismo e descreve sintomas relacionados à esquizofrenia, principalmente o isolamento social dos indivíduos acometidos.

Contudo, apenas em 1943 que o psiquiatra infantil, Leo Kanner publicou um estudo onde ele identificou nas 11 crianças estudadas características como: isolamento extremo desde o início da vida, apego às rotinas, preferência por objetos inanimados, ecolalia imediata e tardia e inversão pronominal. Como resultado da sua pesquisa, Kanner publicou a obra “ Distúrbios autísticos do contato afetivo”.

Em 1944 Hans Asperger publica a sua tese de doutorado, denominada “A psicopatia autista da infância”. O estudo foi realizado a partir da observação com mais de 400 crianças e foram observados os seus padrões de comportamento e habilidades. “Hans Asperger cunhou o termo psicopatia autística e chamava as crianças que estudou de “*pequenos mestres*”, devido

à sua habilidade de discorrer sobre um tema minuciosamente.”(SILVA, GAIATO, REVELES 2012,p. 160, grifo do autor)

Já em 1952 a Associação Americana de Psiquiatria publicou a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Nesta primeira publicação os sintomas do autismo eram classificados como subgrupos da esquizofrenia infantil. Não havendo assim, um diagnóstico separado para ambos.

“A partir da década de 1960, a psiquiatra inglesa Lorna Wing, cuja filha era autista, passa a publicar textos de grande importância para o estudo deste assunto” (Silva, Gaiato e Reveles 2012,p. 160-161) e na década de 80 descreve pela primeira vez a tríade dos sintomas autísticos, que são representadas por: disfunções na sociabilidade, na comunicação/linguagem e as disfunções de comportamento. O conceito da tríade tinha como objetivo introduzir a ideia de que os sintomas relacionados poderiam ocorrer em variados graus de intensidade e com diferentes manifestações.

Assim na tentativa de oferecer uma melhor terapêutica para crianças autistas Ole Ivar Lovaas utilizou a terapia comportamental e os resultados apresentados por Lovaas foram mais efetivos do que as terapias tradicionais (terapias psicodinâmicas). Nessa época (década de 60) o autismo ainda era classificado como um subgrupo de sintomas da esquizofrenia infantil.

Apenas na década de 80 que o autismo passou a ser tratado como uma síndrome e não mais como uma psicose o que proporcionou a ampliação de estudos científicos mais específicos. Ainda nesta década, no DSM- III pela primeira vez o autismo é reconhecido e colocado em uma classe dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TIDs).

Então em 1994 o DSM – IV foi publicado e houve uma melhor definição do autismo e a síndrome de Asperger foi adicionada ao DSM, ampliando o espectro, passando assim a incluir casos mais leves.

No DSM-V, publicado em 2013 os subtipos do espectro do autismo são eliminados. O indivíduo agora é diagnosticado em um único espectro com diferentes níveis de gravidade.

Analisando a linha histórica do autismo, podemos notar o quanto foi difícil e demorado o fechamento do conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a dificuldade de um diagnóstico correto. Já que até a década de 80 o autismo ainda era classificado como esquizofrenia e psicose infantil.

Ainda hoje, podemos considerar o diagnóstico do autismo difícil, já que existe uma diversidade dos sintomas apresentados. Por isso, que muitas vezes o diagnóstico é confundido com outras síndromes, transtornos e patologias. Além disso, há casos onde existem as

comorbidades, ou seja, nesses casos o autismo está associado à outras patologias, como a deficiência mental por exemplo.

2. INCLUSÃO ESCOLAR E SEUS ASPECTOS LEGAIS

Com a democratização do ensino compreendemos que a educação é garantida para todos e isso inclui as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Mas o que é educação inclusiva? Segundo a Cartilha dos Direitos das Pessoas com Autismo (2011, p.11), Educação Inclusiva

É uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, **em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino**, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Na proposta de educação inclusiva todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem idade-série.

A escola, segundo essa proposta, deverá adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. Portanto, **requer mudanças significativas e no funcionamento das escolas, na formação dos professores e nas relações família-escola.** (grifo do autor)

Contrapondo com a definição de Educação Inclusiva citada acima, vem a nossa realidade, pois, ainda hoje encontramos crianças com necessidades especiais matriculadas na rede regular de ensino em escolas que não contemplam no seu espaço físico, no seu currículo, na sua didática e propostas pedagógicas, maneiras de incluir efetivamente esses alunos.

Sem as mudanças necessárias o processo de inclusão se torna mais difícil de acontecer. Pois ao incluir devemos oportunizar a essas pessoas o direito pleno à uma educação de qualidade, fazendo com que o mesmo prossiga em seus estudos de acordo com o seu nível de desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem e que proporcione a esse sujeito a preparação para a vida social da maneira mais autônoma possível.

A educação inclusiva deve ser vista como agente de transformação da educação, onde a busca desse ato de transformar acontecerá através da prática da realidade educacional. Afinal, as pessoas são diferentes e as diferenças devem ser valorizadas e “para que a diversidade humana possa se fazer presente como valor universal, à escola precisa assumir uma postura de construtora da igualdade, visando a incluir na tessitura social aqueles que vêm sendo sistematicamente excluídos” (JESUS, 2004, p. 38).

E para não cometer o equívoco de excluir essas crianças do processo de aprendizagem é importante ter compreensão de que a educação inclusiva difere-se da integração escolar, pois a inclusão deve contemplar a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito e não apenas oportunizar o convívio social, disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próximas

às normas e padrões da sociedade, onde é garantido ao aluno com necessidades especiais apenas o direito de estar em espaços sociais com a intenção de potencializar suas possibilidades de integração social.

Vale enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT E NOGUEIRA, 2002 apud MANOTAN, PRIETRO 2006, p.42)

Nesse sentido a escola deve se preparar para incluir de maneira efetiva as crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, indo muito além da integração escolar. Para compreendermos melhor o processo de inclusão e as práticas pedagógicas inclusivas, devemos conhecer os aspectos legais que as sustentam.

A inclusão escolar é um tema muito discutido na atualidade. Mas desde a Constituição de 1988 onde foi garantida educação para todos e atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência que o tema vem sendo abordado com preocupação por pais, autoridades políticas, educadores e em diferentes segmentos sociais.

Além da Constituição de 1988 a inclusão está assegurada legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) número 9394/96; A Declaração de Salamanca, (BRASIL, 1994); As Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica(2001). Juntamente com os documentos já citados acima a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1984); A carta de Jomtien na Tailândia(1990), e O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) são documentos importantes e essenciais para nortear o caminho da Educação Inclusiva no Brasil.

Para firmar os direitos das pessoas com TEA o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo por meio da Lei 12.764/12. Pois, apesar de alguns direitos já constarem em outras leis, a pessoa com autismo (sem associação a nenhuma outra síndrome ou doença) não poderia ser considerada deficiente mental e nem deficiente físico por tanto vivia numa lacuna da lei, assim, não os permitiam ter os direitos dos deficientes. “Mas, agora o autista é considerado pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, conforme o parágrafo 2º do artigo 1º da lei” (JUNIOR, 2013, p.32).

Porém para que a educação inclusiva aconteça de maneira efetiva não devemos nos nortear apenas nos aspectos legais, “não é por decreto que a escola com décadas de hábitos exclusivos passa a ser inclusiva” (RIBEIRO, 2013, p. 25) afinal, como já foi mencionado no

texto, incluir não é o mesmo que integrar e para que o processo de inclusão seja realizado no sentido amplo e efetivo as escolas devem preparar o seu currículo e as suas ações pedagógicas.

A escola deve preparar um currículo que valorize e respeite as diferenças. E para que o currículo seja efetivado dessa maneira é necessário à participação e o compromisso de toda comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, pais e alunos).

Mas, para que a inclusão de crianças autistas no espaço regular aconteça de maneira efetiva, devemos conhecer os principais desafios encontrados pelos professores para incluir estas crianças. Pois, desse modo poderemos compreender algumas características do autismo e como o professor deve mediar essa criança no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

3. A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO DA PRÁTICA DOCENTE

A reflexão sobre a prática pedagógica é ponto crucial no desenvolvimento do educador. Não adianta o profissional buscar se atualizar se essa atualização não emerge da/em sua prática. Quem corrobora com essa ideia é Saviani (2007, p.3) que afirma que “a prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu e se desenvolveu em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade”. Esse pensamento é apoiado por Nóvoa, 1991, p.30 ao afirmar que

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de **ação** e não em torno de conteúdos acadêmicos. (grifo nosso)

E pensando nessa ação reflexiva não podemos deixar de lado a compreensão de que hoje vivemos em um mundo globalizado, onde as informações se propagam rapidamente, por isso, o professor deve adotar uma postura de eterno aprendiz, de um ser inacabado que necessita assumir o compromisso com a aprendizagem, tomando a responsabilidade de aprender a aprender. Compreendendo que o processo formativo

Assume uma posição de inacabamento, vinculada à história de vida dos sujeitos em permanente processo de formação, que proporciona a preparação profissional. O processo de formação é multifacetado, plural, tem início e nunca tem fim (VEIGA, 2008, p.15).

E é por isso que compreendemos que a formação continuada nos possibilita atualização profissional, troca de experiências e nos ajuda em nossas inquietações. Principalmente quando falamos em educação inclusiva, onde tantas vezes nos sentimos impotentes por não saber como lidar, como realmente incluir essas crianças. E quando encontramos no espaço escolar apoio



necessário para lidarmos com as nossas inquietações e para vencermos essa sensação de impotência, nos tornamos profissionais cada vez mais capacitados e dispostos a vencer os desafios que cercam a nossa prática. Por isso entende-se que

[...]a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas. (LIBÂNEO, 2005, p227)

É através dessa compreensão acerca da formação continuada que devemos entendê-la como peça fundamental no processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática pedagógica. Por meio da quebra de antigos paradigmas e na busca pela construção de novos conhecimentos, novas estratégias e sobre tudo uma nova visão de mundo. E assim se constrói um educador, pois como afirma Freire (1991, p.58) “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática.”

E é acreditando nessa formação permanente do educador que a proposta da formação continuada é vista como ponto importante para a educação inclusiva de forma efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões tecidas através da pesquisa bibliográfica, conclui-se que o presente trabalho responde ao problema a que se propôs, no qual consistia em analisar de que maneira o conhecimento sobre a importância da formação continuada para a inclusão efetiva de crianças autistas no ensino regular.

Contudo, devemos compreender que a formação continuada de professores não deve servir como uma receita pronta para a prática com os alunos autistas, já que cada criança é única e que existem diferentes graus do espectro autista, assim como trazem Silva et. al. (2012), Machado(2011) e Santos (2008).

Os conhecimentos adquiridos devem servir de embasamento para a construção de estratégias que facilitem o desenvolvimento e a inclusão das crianças com TEA, a utilização do Método TEACCH e o PECS podem contribuir nesse processo desde que sejam utilizados da maneira correta.



Nesse sentido, a formação tem o papel importante de conscientizar o professor que a reflexão da sua prática através dos conhecimentos teóricos e da troca de experiências com outros profissionais contribui para provocar mudanças na prática e na postura do professor, fazendo com que o mesmo, torne-se agente efetivo de transformação.

Após analisarmos todo o processo investigativo compreendemos que a formação continuada atende as necessidades de iniciar a capacitação do professor para que o mesmo apresente conhecimentos necessários para o processo de inclusão da criança autista no Sistema de Ensino regular. Contudo apenas a formação continuada não é suficiente para atender as necessidades do processo de inclusão, já que a formação não é uma receita pronta e não deve ser entendida como tal. Pois já vimos ao longo do presente trabalho que cada criança apresenta a sua especificidade e os métodos e conteúdos apresentados durante a formação devem sofrer alterações, estas devem ser realizadas pelo professor de acordo com o desenvolvimento cognitivo do seu aluno, dos assuntos que o interessam, das habilidades que apresentam e de acordo com o seu comportamento. Ou seja, não é porque o professor fez parte da formação continuada e está utilizando tudo que aprendeu na sala de aula com o aluno com TEA que ele conseguirá incluir efetivamente essa criança, como em um passe de mágica.

O processo de inclusão e de adaptação das crianças autistas pode ser lento e o professor tem que estar preparado para mudar a sua estratégia quantas vezes for necessário, o educador não deve criar expectativas em cima da criança, mas, deve traçar objetivos a serem alcançados pelo seu aluno. Para isso o docente deve estar sempre refletindo sobre a sua prática e as estratégias que estão sendo utilizadas com a construção, análise e ressignificação dos objetivos traçados e registrados no Plano Educacional Individualizado (PEI) do aluno.

E esse deve ser o papel da formação continuada de professores. É o de trazer inquietações ao professor e a sua prática. É fazer com que esse profissional se sinta um eterno aprendiz, um ser inacabado que busca por conhecimento afim de transformar a sua prática e o meio no qual ele faz parte. É fazer com que o educador se sinta agente efetivo de transformação. E para que isso aconteça ele precisa ter o apoio da gestão e da coordenação da escola, estes profissionais devem ser incentivadores no processo de capacitação e valorização do trabalho deste profissional.

Através dos estudos foi possível concluir que é necessário capacitar todos os membros que fazem parte da comunidade escolar, e não somente os professores. Uma equipe preparada para atender as demandas da inclusão, faz toda diferença nesse processo, pois os profissionais e as famílias podem contar com uma rede de apoio em prol do bem-estar e desenvolvimento de todos. Também é importante conscientizar os alunos que as diferenças existem e devem ser



respeitadas, é torna-los consciente de que a prática do bullying não é aceita e que não traz nenhum benefício para a vítima e nem para quem o pratica.

Nesse sentido acreditamos que o presente trabalho de pesquisa servirá para futuros estudos científicos. Apesar de a pesquisa ter alcançado o objetivo a que se propôs compreendemos que o mesmo encontra-se incompleto, inacabado. Esperando servir de subsídio para novas pesquisas que podem corroborar e complementar os achados desse estudo, como pode haver pesquisas futuras que contestem os resultados que encontramos. E isso é muito importante para a comunidade científica.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto & BOSA Cleonice; e colobaradores. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem ou Limitações do Processo de Desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto & SILVEIRA, Denise Tolfo. **A Pesquisa Científica** In: Métodos de Pesquisa. Tatiana Engel Gerhardt (org.) Denise Tolfo Silveira (org.). Rio Grande do Sul, 2009.

DELORS, Jacques etal. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC UNESCO, 2004

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GAUDERE, E C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento**- Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. São Paulo: Sarvier, 1985.

GIACONI, Cátia & RODRIGUES, Maria Beatriz. Organização do Espaço e do Tempo na Inclusão de sujeitos com autismo. **In: Educação e Realidade** p. 687- 705. Porto Alegre, 2014.

LIBANEO, J, C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê**. 8ª Ed. São Paulo: Cortes, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosangela. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo. Summus: 2006

NÓVOA, Antônio (Org). **Vida de professores**. Lisboa: Dom Quixote, 1992



REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis, RJ. Vozes: 1995.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogias: o espaço da educação na universidade. **In: Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, 2007, v.37, n. 130.

VEIGA, Ilma Passos A. **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas.** Campinas: Papyrus, 2008.